

Anexo III - Matérias de abrangência Regional (calamidade do RS)			
Proposições	Ementa	Statuts	Natureza
PEC 15/2024 Autor: Sen Alessandro Viera	Autoriza regime extraordinário fiscal, financeiro e de contratações para atender necessidades decorrentes de calamidade pública ambiental regional ou local.	Aguardando despacho inicial	Tributária
PEC 16/2024 Autor: Sen Mecias de Jesus	Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal para criar o Fundo Nacional para Emergências Climáticas.	Aguardando despacho inicial	Tributária
PL 982/2024 Autor: Sen Alan Rick	Institui o Auxílio Desastre Rural para atendimento a agricultores familiares que tenham suas plantações severamente prejudicadas por desastres nos Municípios com reconhecimento de estado de calamidade pública ou situação de emergência pelo governo federal, e dá outras providências.	Aguardando designação de Relator na CAS desde 09/04/2024	Tributária / Social
PL 1537/20244 Autor: Sen Ireneu Orth	Dispõe sobre o remanejamento de recursos do Fundo Eleitoral para as obras de reconstrução e recuperação do estado do Rio Grande do Sul, afetado pela maior catástrofe climática já registrada.	Aguardando despacho inicial	Orçamentária
PL 1552/2024 Autor: Sen Cleitinho	Altera a Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições) e a Lei n. 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) para obrigar a destinação de recursos dos fundos eleitoral e partidário para medidas de enfrentamento de calamidade pública ou desastres naturais.	Aguardando despacho inicial	Eleitoral / Orçamentária
PL 1579/2024 Autor: Sen Cleitinho	Altera a Lei 14.791, de 29 de dezembro de 2023, para definir regras específicas para apresentação de emendas do Art. 166 e Art. 166-A da Constituição Federal. (Flexibilização de prazos, empenhos etc., das dotações ou das programações incluídas ou acrescidas por emendas individuais no estado de calamidade pública)	Aguardando despacho inicial	Orçamentária
ATS 5/2024 Autor: Sen Rodrigo Pacheco	Institui Comissão Temporária Externa com a finalidade de acompanhar as atividades relativas ao enfrentamento da calamidade ocasionada pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul e de apresentar medidas legislativas para auxiliar na superação da situação.	Criada a Comissão em 07/05/2024	Administrativa

Anexo III - Matérias de abrangência Regional (calamidade do RS)			
Proposições	Ementa	Statuts	Natureza
PDL 321/2023 Autor: Sen Rodrigo Pacheco	Reconhece, para os fins do art. 65, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul em decorrência dos eventos climáticos de chuvas intensas.	Transformado no Decreto Legislativo nº 100/23, promulgado em 28/09/2023	Fiscal
PL 397/2024 Autor: Sen Mecias de Jesus	Institui o Auxílio Emergencial Financeiro, para fins de que trata a Lei 13.153, de 2015, destinado a socorrer e assistir famílias com renda mensal média de até 5 (cinco) salários mínimos, afetadas por desastres, especialmente a seca ou estiagem extremas, nos municípios em que tenha sido declarado estado de calamidade ou situação de emergência, reconhecidos em ato oficial do Município, Distrito Federal, Estado ou Governo Federal	Aguardando designação do Relator na CAS desde 27/03/2023	Assistencial / Fiscal
PL 1645/2024 Autor: SHM	Acrescenta o § 8º ao art. 155 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar especificamente o furto perpetrado em meio a saqueamento de estabelecimento comercial, armazém, depósito ou similar, situado em local atingido por calamidade pública.	Aguardando despacho inicial	Criminal
PL 1606/2024 Autor: SHM	Institui o Auxílio Emergencial 2024, para o enfrentamento das consequências socioeconômicas das enchentes ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2024. Obs: O SHM tem mais 4 matérias a serem apresentadas: auxílio aluguel; requisição de bens; criminal para saqueadores oportunistas no estado de calamidade; emenda à MPV 1215/2024	Aguardando despacho inicial	Assistencial / Fiscal
PLP 75/2024 Autor: Sen Ireneu Orth	Dispõe sobre a suspensão temporária do pagamento das dívidas do Estado do Rio Grande do Sul com a União nos anos de 2024, 2025 e 2026, em razão da catástrofe climática.	Aguardando despacho inicial	Tributária
PL 1580/2024 Autor: Sen Alessandro Vieira	Institucionaliza medidas de auxílio quando for reconhecido estado de calamidade pública.	Aguardando despacho inicial	Previdenciário / Social

Matérias de abrangência Nacional			
Proposições	Ementa	Statuts	Natureza
PL 836/2023 Autor: SHM	Altera a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, para permitir a cessão de créditos de energia elétrica, por unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica, a entidades beneficentes.	Na CAE, com relatório já emitido pelo atual relator, o Sen Rogério Marinho.	Energética
PL 3491/2023 Autor: Sen Astronauta Marcos Pontes	Estabelece medidas gerais a serem seguidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em relação a preços e oferta de bens e serviços e abusos contra o consumidor na vigência de estado de emergência ou calamidade pública.	Na CTFC, aguardando designação de Relator(a) desde 10/08/2023	Consumerista / econômica
PL 3579/2023 Autor: Sen Astronauta Marcos Pontes	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998 (Lei dos Planos de Saúde), para dispor sobre a assistência aos beneficiários de planos privados de saúde nas emergências em saúde pública de importância nacional ou internacional.	Na CAS, sob a relatoria da Sen Ana Paula Lobato desde 26/02/2024	Social / Assistencial
PL 920/2023 Autor: CD	Altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, e 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para destinar parcela das arrecadações de recursos financeiros advindos do pagamento de multas por crimes e infrações ambientais e de acordos judiciais e extrajudiciais de reparação de danos socioambientais para o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap).	Transformada na Lei nº 14.691 de 03/10/2023	Ambiental / Social
PL 1896/2023 Autor: Sen Laércio Oliveira	Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para desburocratizar o apoio do Governo Federal às ações de resposta face a situações de emergência e de calamidade pública.	Na CCJ, aguardando Relato(a) desde 12/05/2023.	Social / Administrativo
PL 658/2023 Autor: Sen Magno Malta	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, para tipificar o crime de elevação de preços sem justa causa em situações de emergência social, calamidade pública e epidemia.	Na CTFC, aguardando designação de Relator(a) desde 11/04/2023	Social / Consumerista
PL 659/2023 Autor: Sen Styvenson Valentim	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o crime de elevação de preços, por ocasião de estado de calamidade, situação de emergência ou desastre ambiental.	Na CTFC, aguardando designação de Relator(a) desde 11/04/2023	Econômica / Consumerista

Matérias de abrangência Nacional			
Proposições	Ementa	Statuts	Natureza
PL 650/2023 Autor: Sen Fabiano Contarato	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para dispor sobre a alta abusiva de preços de produtos e serviços quando reconhecido o estado de calamidade pública ou a situação de emergência.	Na CTFC, aguardando designação de Relator(a) desde 11/04/2023	Econômica / Consumerista
PL 618/2023 Autor: Sen Alessandro Vieira	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 (crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo), para dispor sobre o aumento abusivo de preços de produtos e serviços por ocasião de calamidade pública, endemias, epidemias, pandemias e suas consequências.	Na CTFC, aguardando designação de Relator(a) desde 11/04/2023	Tributária / Consumerista
PLP 265/2023 Autor: Dorinha Seabra	Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, para conferir às Câmaras de Vereadores competência para reconhecer estado de calamidade pública no âmbito do respectivo município.	Na CAE, aguardando designação de Relator(a) desde 06/02/2024	Fiscal
PL 5231/2023 Autor: Câmara dos Deputados (CD)	Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 1.220-D de 2011 do Senado Federal (PLS nº 85/2011 na Casa de origem), que “Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que ‘dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas, e dá outras providências’, para socorrer agricultores familiares atingidos por desastres naturais”.	A matéria foi à sanção em 17/04/2024.	Social

Matérias de abrangência Nacional			
Proposições	Ementa	Statuts	Natureza
PL 301/2022 Autor: Sen Alessandro Vieira	Altera a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o regime de partilha na exploração de petróleo, a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que destina recursos da exploração de petróleo para a educação, e a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos crimes ambientais, para prever a destinação de recursos para ações de prevenção e resposta a situações de emergência e de calamidade pública causadas por eventos climáticos extremos.	Na CCJ, aguardando Relato(a) desde 13/03/2024.	Social / Financeira
PL 179/2022 Autor: Sen Carlos Portinho	Regulamenta a instituição, pelo Poder Executivo, de Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda para o enfrentamento das consequências sociais e econômicas de situações de emergência de saúde pública ou de estado de calamidade pública.	Retirada pelo Autor em 02/01/2023	Social / Trabalhista
PL 14/2022 Autor: Sen Jaques Wagner e outros parlamentares	Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares para mitigar os impactos socioeconômicos da seca e das enchentes que incidem sobre o país desde o ano de 2021, e dá outras providências.	Na CAE desde que foi desarquivada em 21/12/2022	Assistencial